

POR
RUDOLFO LAGO

DIVULGAÇÃO

Esquemas do Digimais iguais ao Master

Master e Digimais: além de aumentar juros, onde estava o BC?

Como já contamos no Correio Político, de forma resumida eram dois os esquemas irregulares do Banco Master: a criação de uma espécie de pirâmide financeira a partir da oferta de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com rentabilidade fora da realidade e o uso de consignados fantasmas para engordar com dados falsos a sua carteira de crédito. A Operação policial que na terça-feira (23) pegou o Digimais, o banco ligado à Igreja Universal e ao bispo Edir Macedo, impressiona por mostrar a mesma coisa. Da mesma forma, esses eram os esquemas do Digimais. Também fazia pirâmide com CDBs e também engordava sua carteira com créditos falsos. Para o cientista político André Cesar, a descoberta das mesmas falcatruas nos dois bancos aponta: “Vivemos um risco sistêmico”.

Leniência lembra Marka-FonteCindam

Risco sistêmico é quando um evento pontual desencadeia um efeito dominó capaz de comprometer todo o sistema financeiro. Em 1999, André Cesar acompanhou de perto a CPI dos Bancos. E o cientista político enxerga muita semelhança entre o que acontece agora e o que aconteceu na época com o Bancos Marka e FonteCindam.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



Galípolo bateu boca com Renan na CAE

Vista grossa

Na maxidesvalorização do real, para ajudar os dois bancos, o Banco Central vendeu dólares a preços defasados para evitar que as instituições falissem. Até então, era o maior escândalo financeiro do país. Agora, há uma impressão de que, no mínimo, o Banco Central fez vista grossa para operações atuando para além do limite da responsabilidade. E, mais do que isso, há desconfiança de que teria também atuado para ajudar os bancos.

Esforço para ajudar

Uma troca de documentos entre o Banco Central e o Tribunal de Contas da União (TCU) vai nessa linha. O BC acompanhava as dificuldades do Master. “Nessas circunstâncias, o Banco Central determinou a adoção de providências com vistas a assegurar a liquidez em níveis suficientes e adequados”, diz um dos documentos trocados após questionamentos do TCU.

Sofisticado?

“O país se vangloria de ter um sistema financeiro sofisticado, de ter o Pix, por exemplo. Mas qual o valor disso se não houver fiscalização nenhuma?”, questiona André Cesar. Se bancos e fintechs trabalham numa faixa irresponsável e, pior do que isso, se usam das ferramentas que possuem para lavar dinheiro sabe-se lá para quem.

Menores

O problema que assusta, por exemplo, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado é que Master e Digimais são dois bancos menores. O Master representava 0,5% do mercado financeiro brasileiro. Era classificado pelo Banco Central na categoria B3, para médio porte.

Rede

Então, o dono de um banco menor, Daniel Vorcaro consegue criar em torno de si a rede de relacionamentos que criou. Em todos os três poderes. Do candidato de oposição à Presidência, Flávio Bolsonaro, ao líder do governo no Senado, Jaques Wagner. A pergunta: o que acontece nos bancos maiores?

“Teje preso”

André Cesar retorna a um episódio da CPI dos Bancos, quando a então senadora Heloisa Helena, então no PT de Alagoas, gritou no meio do plenário da comissão para o então presidente do Banco Central, Chico Lopes: “Teje preso!” Chico Lopes tinha se recusado a depor como testemunha.

Sem CPI

Agora, não há CPI do Master. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), sentou-se em cima dos pedidos de comissão mista. Curiosamente, um deles tem como autora justamente Heloisa Helena, que até há pouco estava como deputada.

Bate-boca

Mas já houve um bate-boca na CAE entre o presidente da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), e o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, quando Renan cobrou a atitude do BC na negociação do Master com o BRB. Galípolo defendeu a instituição.



Saída de Jaques Wagner da liderança já era esperada

Reunião com Lula sela saída de Jaques Wagner

Foram quase duas horas de conversa no Palácio do Planalto

Por **Beatriz Matos**

A quarta-feira (24) em Brasília amanheceu em clima de Copa do Mundo. Mas o resultado mais esperado do dia na Esplanada dos Ministérios não era o da partida. Nos corredores do Palácio do Planalto, todas as atenções estavam voltadas para a reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Jaques Wagner (PT-BA), encontro que definiria o futuro de um dos principais articuladores políticos do governo no Congresso.

Como o Correio da Manhã já vinha mostrando nos últimos dias, a avaliação entre aliados era de que o senador entregaria a liderança do governo. Para o próprio grupo político de Wagner, esse havia se tornado o melhor caminho: permitir que ele concentrasse esforços na defesa. No Planalto, porém, o debate era maior. O temor era que a crise deixasse de atingir apenas o senador e passasse a contaminar o PT e o presidente Lula justamente em um ano eleitoral.

Ao fim de quase duas horas de conversa, a decisão foi tomada. Jaques Wagner deixou a liderança do governo no Senado. Pelas redes sociais, afirmou que teve “uma ótima reunião” com Lula e

disse que o afastamento ocorreu de comum acordo. “Neste momento, minha prioridade absoluta é provar minha inocência, além de trabalhar pela minha reeleição e de outros petistas”, escreveu.

A mudança de cenário começou no dia em que a Polícia Federal (PF) colocou Jaques Wagner entre os principais alvos da investigação sobre o caso Banco Master. A partir dali, o escândalo ganhou uma nova dimensão política. Já não era apenas um caso envolvendo empresários ou personagens ligados à oposição. Pela primeira vez, atingia diretamente um dos homens mais próximos de Lula e um dos principais responsáveis pela articulação do governo no Senado.

PRÓXIMOS PASSOS

A agenda política de Jaques Wagner continua nesta quinta-feira (24). A previsão, é que o senador tome café da manhã com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a quem pretende agradecer o apoio recebido desde o início da crise.

O Planalto já discute o novo líder. Entre os nomes citados aparecem a líder do PT, Teresa Leitão (PE), e o ex-ministro da Educação Camilo Santana (CE).